



CADERNO DE ENCARGOS

CONCURSO PÚBLICO N.º 45-2024 UALG

Aquisição de Serviços de Recolha de Resíduos Perigosos nas Instalações  
da Universidade do Algarve

## ÍNDICE

<b>PARTE I .....</b>	<b>4</b>
<b>CLÁUSULAS JURÍDICAS .....</b>	<b>4</b>
CLÁUSULA 1. <sup>a</sup> .....	4
OBJETO .....	4
CLÁUSULA 2. <sup>a</sup> .....	4
CONTRATO .....	4
CLÁUSULA 3. <sup>a</sup> .....	5
PRAZO .....	5
CLÁUSULA 4. <sup>a</sup> .....	5
OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO .....	5
CLÁUSULA 5. <sup>a</sup> .....	6
VERIFICAÇÃO E ACEITAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO .....	6
CLÁUSULA 6. <sup>a</sup> .....	7
OBJETO E PRAZO DO DEVER DE SIGILO .....	7
CLÁUSULA 7. <sup>a</sup> .....	8
REGULAMENTO DE PROTEÇÃO DE DADOS .....	8
CLÁUSULA 8. <sup>a</sup> .....	9
PREÇO BASE .....	9
CLÁUSULA 9. <sup>a</sup> .....	9
PREÇO CONTRATUAL E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO .....	9
CLÁUSULA 10. <sup>a</sup> .....	10
PENALIDADES CONTRATUAIS .....	10
CLÁUSULA 11. <sup>a</sup> .....	11
GESTOR DO CONTRATO .....	11
CLÁUSULA 12. <sup>a</sup> .....	11
REVOGAÇÃO DO CONTRATO .....	11
CLÁUSULA 13. <sup>a</sup> .....	11
RESOLUÇÃO POR PARTE DA ENTIDADE ADJUDICANTE .....	11
CLÁUSULA 14. <sup>a</sup> .....	12
RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO .....	12
CLÁUSULA 15. <sup>a</sup> .....	12
CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR .....	12
CLÁUSULA 16. <sup>a</sup> .....	13
SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL .....	13
CLÁUSULA 17. <sup>a</sup> .....	13
COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES .....	13
CLÁUSULA 18. <sup>a</sup> .....	13
FORO COMPETENTE .....	13
CLÁUSULA 19. <sup>a</sup> .....	13
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL .....	13
<b>PARTE II .....</b>	<b>14</b>
<b>ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS .....</b>	<b>14</b>
<b>RESÍDUOS PERIGOSOS .....</b>	<b>14</b>
PEÇAS DESENHADAS .....	21
PLANTA 1 - CAMPUS DA PENHA .....	22
PLANTA 2 - CAMPUS DE GAMBELAS .....	23

<b>ANEXO II.....</b>	<b>24</b>
<b>QUADRO 1 - DESCRIÇÃO DE RESÍDUOS PRODUZIDOS NA UNIVERSIDADE DO ALGARVE .....</b>	<b>24</b>
<b>QUADRO 2 - DESCRIÇÃO DE CONTENTORES DE USO ÚNICO / VASILHAMES NOVOS ENTREGUES NA UNIVERSIDADE DO ALGARVE .....</b>	<b>24</b>
<b>QUADRO A .....</b>	<b>25</b>
<b>QUANTIDADES ESTIMADAS PARA OS 36 MESES A CONSIDERAR NA AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS.....</b>	<b>25</b>

**PARTE I****Cláusulas Jurídicas****Cláusula 1.ª****Objeto**

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto principal a aquisição de serviços de recolha de resíduos perigosos nas instalações da Universidade do Algarve, em conformidade com as especificações técnicas descritas na Parte II.

**Cláusula 2.ª****Contrato**

1. O contrato a celebrar será reduzido a escrito, nos termos do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor, sem prejuízo do disposto no artigo 95.º do referido diploma.
2. Fazem parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito, os seguintes documentos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos, de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º deste mesmo diploma legal.
5. Quando a redução do contrato a escrito não seja exigida ou venha a ser dispensada, nos termos previstos no artigo 95.º do CCP, entende-se que o contrato resultará da conjugação do caderno de encargos com a proposta adjudicada, não se podendo, porém, dar início a qualquer aspeto da sua execução antes de decorrido o prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, sem

prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 95.º do CCP, e, em qualquer caso, nunca antes da apresentação de todos os documentos de habilitação exigidos, da comprovação da prestação da caução, quando esta for devida, e da confirmação dos compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.

### **Cláusula 3.ª**

#### **Prazo**

1. O contrato produz efeitos, vinculando as partes, até à conclusão da prestação do serviço adjudicado em conformidade com os respetivos termos e condições previstos no Caderno de Encargos e o disposto na Lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.
2. O contrato tem a duração de 1 (um) ano, renovável por igual período de tempo até ao limite máximo de 3 (três) anos.
3. O Contrato pode ser denunciado por qualquer uma das partes, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na Lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.
4. A denúncia deve ser efetuada mediante notificação à outra parte, por carta registada com aviso de receção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias antes do termo do prazo da produção de efeitos.

### **Cláusula 4.ª**

#### **Obrigações principais do adjudicatário**

1. A Segunda Outorgante obriga-se a executar o objeto do Contrato com absoluta subordinação aos princípios de ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, de acordo com a adjudicação.
2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e de outras especialmente previstas no presente contrato, da respetiva celebração decorrem para a Segunda Outorgante as seguintes obrigações principais:
  - a) Prestar os serviços objeto do contrato, nos termos, condições e características dele constantes, bem como das especificações técnicas descritas na Parte II do Caderno de Encargos, que deste faz parte integrante;
  - b) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do Contrato, sem prévia autorização do Contraente Público;
  - c) Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do Contrato;

- d) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do Contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
  - e) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no Contrato.
  - f) Comunicar à Primeira Outorgante a nomeação do Gestor de contrato e quaisquer alterações relativas à sua nomeação;
  - g) Assegurar que para todas as matérias colocadas pela Primeira Outorgante ao respetivo Gestor de contrato, o tempo de resposta não exceda 5 (cinco) dias úteis, nas situações normais e 2 (dois) dias úteis nas situações de resolução urgente;
  - h) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Primeira Outorgante, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
  - i) Comunicar, antecipadamente, à Primeira Outorgante, de forma fundamentada, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços ou o cumprimento de qualquer outra obrigação, obrigando-se, se tal for aceite e oportuno, a restabelecer a prestação ou reparar o incumprimento em prazo razoável;
  - j) Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de aquisição, bem como a situação tributária e perante a segurança social regularizadas;
  - k) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação, a sua situação jurídica ou situação comercial, bem como as alterações aos contratos e moradas indicadas no contrato para a sua gestão.
3. A Segunda Outorgante fica ainda obrigada, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das prestações contratuais a que está obrigado.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Verificação e aceitação do objeto do contrato**

1. Sem prejuízo de outras diligências especialmente previstas nas condições técnicas, uma vez executados os serviços objeto do contrato e entregues os elementos correspondentes, a Primeira Outorgante, por si ou através de terceiro por ele designado, procede no prazo de 30 dias à análise quantitativa e

qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se estes reúnem as características e requisitos técnicos e operacionais definidos na Parte II do caderno de encargos, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2. Na análise a que se refere o número anterior, a Segunda Outorgante deve prestar à Primeira Outorgante toda a cooperação e esclarecimentos necessários.
3. No caso da análise a que se refere o n.º 1 não comprovar a total conformidade dos elementos entregues e/ou dos serviços prestados com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com os termos e condições definidos no presente contrato, a Primeira Outorgante informará, por escrito, a Segunda Outorgante.
4. No caso previsto no número anterior, a Segunda Outorgante deve proceder, à sua custa, no prazo razoável que for determinado pela Primeira Outorgante, aos ajustamentos e/ou complementos necessários para garantir a conformidade dos serviços e o integral cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização dos ajustamentos e/ou complementos necessários pela Segunda Outorgante, no prazo respetivo, a Primeira Outorgante procede a nova análise, nos termos do n.º 1.
6. Caso a análise a que se refere o n.º 1 comprove a total conformidade dos serviços prestados com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com os termos e condições definidos no presente contrato, será emitido o pagamento da fatura pela Primeira Outorgante.
7. A emissão do pagamento a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente contrato e respetivos anexos.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Objeto e prazo do dever de sigilo**

1. A Segunda Outorgante deve guardar sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando as condições estabelecidas no presente contrato ou informações e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Primeira Outorgante, que no âmbito da formação e da execução do contrato, possa ter conhecimento, incluindo os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros neles envolvidos, salvo com o consentimento expresso da Primeira Outorgante.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destino direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pela Segunda Outorgante ou que este seja legalmente

obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, até autorização expressa em contrário pela Primeira Outorgante, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

### **Cláusula 7.ª**

#### **Regulamento de Proteção de Dados**

1. O adjudicatário obriga-se a cumprir o disposto em todas as disposições legais aplicáveis em matéria de tratamento de dados pessoais, no sentido conferido pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (“Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados”) e demais legislação comunitária e nacional aplicável, em relação a todos os dados pessoais a que aceda no âmbito dos serviços a prestar ao abrigo do contrato a celebrar.
2. O adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra pessoa, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tiver acesso ou lhe forem transmitidos pela Universidade do Algarve ao abrigo do contrato a celebrar, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela Universidade do Algarve ou pelos titulares dos dados no exercício dos seus respetivos direitos.
3. O adjudicatário obriga-se a pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Universidade do Algarve contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais.
4. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
5. O adjudicatário compromete-se a que o acesso aos dados pessoais tratados ao abrigo do contrato a celebrar será estritamente limitado ao pessoal que necessitar de ter acesso aos mesmos para efeitos de cumprimento das obrigações assumidas.
6. O adjudicatário obriga-se a comunicar à Universidade do Algarve qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados pessoais ou de algum modo dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados, devendo ainda tomar todas as medidas necessárias e ao seu alcance para a fazer cessar de imediato.

7. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Universidade do Algarve vier a incorrer em consequência do tratamento, por si ou pelo seu pessoal, de dados pessoais ou em violação das normas legais aplicáveis, quando tal violação seja imputável ao adjudicatário e solidária com o pessoal no âmbito do serviço prestado, quando a violação seja imputável à atuação destes últimos.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Preço base**

1. O preço base do presente procedimento, tendo em consideração as quantidades estimadas de resíduos, para a extensão máxima do contrato (**36 meses**) é **€ 27.180,00 (vinte e sete mil cento e oitenta euros)**, sendo o preço base anual de € 9.060,00 (nove mil e sessenta euros), nos termos do artigo 47.º do CCP corresponde ao montante máximo que a Universidade do Algarve se dispõe a pagar. O preço base não inclui o valor do IVA aplicável.

O preço base resulta da multiplicação do preço unitário de cada artigo pela quantidade estimada, tendo também em consideração a extensão máxima do contrato.

2. Aos valores referidos nos números anteriores acresce o IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Preço contratual e condições de pagamento**

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato a celebrar, bem como pelo cumprimento das demais obrigações contratuais, a Universidade do Algarve deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Universidade do Algarve, designadamente, com alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. A quantia devida pela Universidade do Algarve deve ser paga após a receção da(s) respetiva(s) fatura(s), nos termos do n.º 4 do artigo 299.º do CCP, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e desde que cumpridas as formalidades legais exigidas.
4. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida após a prestação de serviços a que respeita, e entrega dos elementos correspondentes, nos termos e em conformidade com o disposto na Parte II do presente caderno de encargos.

5. Em caso de discordância por parte da Universidade do Algarve, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. Independentemente do referido nos números anteriores, os pagamentos a efetuar ao abrigo do objeto do contrato só serão efetuados depois de verificados todos os formalismos legais a que obedecem as despesas públicas.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Penalidades contratuais**

1. O incumprimento das obrigações emergentes do contrato, por razões imputáveis ao adjudicatário, confere à Universidade do Algarve o direito à aplicação de sanção pecuniária, a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos do artigo 329.º do CCP, designadamente:
  - a) Pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento das datas e prazos da prestação dos serviços objeto do contrato, até 10% do preço contratual;
  - b) Pelo incumprimento das demais obrigações da prestação dos serviços objeto do contrato, até 5 % do preço contratual. (as penalidades devem ser ajustadas ao caso em apreço)
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Universidade do Algarve tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
3. A acumulação das penas pecuniárias previstas no presente artigo não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo da resolução do contrato nos termos legais.
4. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a Universidade do Algarve decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
5. Para efeitos dos limites previstos nos n.ºs 3 e 4, quando o contrato previr prorrogações expressas ou tácitas, o valor das sanções a aplicar deve ter por referência o preço do seu período de vigência inicial.
6. Considera-se haver incumprimento definitivo, suscetível de aplicação da sanção de resolução sancionatória quando, após notificação e concessão de prazo para o cumprimento da obrigação em falta, o adjudicatário continue a incorrer em incumprimento.
7. A Universidade do Algarve pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.
8. As penas pecuniárias eventualmente aplicáveis ao adjudicatário não obstam a que a Universidade do Algarve exija uma indemnização pelo dano excedente.

9. Em caso de atraso da Universidade do Algarve no cumprimento das suas obrigações pecuniárias, o adjudicatário tem direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, nos termos previstos no artigo 326.º do CCP.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Gestor do contrato**

1. A Universidade do Algarve procederá à designação de um ou mais gestores do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP.
2. Cabe ao gestor do contrato exercer as competências que expressamente decorram da lei, bem como as que lhe sejam atribuídas pela Universidade do Algarve, em matéria de acompanhamento da execução e verificação do cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas pelo adjudicatário.
3. No desempenho das suas funções o Gestor do Contrato tem direito de acesso e consulta a toda a documentação relacionada com as atividades objeto do presente procedimento.
4. Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
5. O adjudicatário obriga-se a cooperar com o Gestor do Contrato, designado pela Universidade do Algarve, na prossecução das atividades de acompanhamento que este tem a seu cargo.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Revogação do contrato**

O presente contrato pode ser revogado, a todo o tempo, por acordo escrito, assinado pelos legais representantes de ambas as partes, do qual deve constar a referência ao presente contrato e seus aditamentos, bem como a data de início da produção de efeitos da revogação.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Resolução por parte da entidade adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Universidade do Algarve pode resolver o contrato no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.
3. Sem prescindir do disposto nos números anteriores, incumprimento, por parte do adjudicatário, confere à Universidade do Algarve, nos termos gerais de direito, o direito às correspondentes indemnizações legais.

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

##### **Resolução por parte do adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando:
  - a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
2. O direito de resolução é exercido por via judicial nos termos da Cláusula 18.<sup>a</sup>.
3. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Universidade do Algarve, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

##### **Casos fortuitos ou de força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar, que se reconduzem expressamente a tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas, exceto as que resultem de incumprimentos de deveres e normas legais a que está obrigado.
2. A parte que invoca casos fortuitos ou de força maior deve comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.
3. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

**Cláusula 16.ª****Subcontratação e cessão da posição contratual**

O adjudicatário não poderá subcontratar ou ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização prévia e por escrito da Universidade do Algarve, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos.

**Cláusula 17.ª****Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser aprovadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domínio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 18.ª****Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes da interpretação ou execução do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Cláusula 19.ª****Legislação aplicável**

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor, e demais legislação específica aplicável.

## Parte II

## Especificações Técnicas

## RESÍDUOS PERIGOSOS

## 1. Introdução

As presentes Especificações Técnicas são parte integrante do Caderno de Encargos do procedimento para “Aquisição de Serviços de Recolha de Resíduos Perigosos nas Instalações da Universidade do Algarve” – Resíduos Perigosos, nos *Campi* da Penha (Planta 1) e de Gambelas (Planta 2).

## 2. Descrição do serviço

Pretende-se que se proceda à recolha, transporte e eliminação/valorização de resíduos perigosos, bem como ao fornecimento de vasilhame apropriado ao seu acondicionamento.

Refere-se de seguida o tipo de resíduos perigosos produzidos e a quantidade de produção anual estimada.

Apresentam-se também os locais onde se pretende que seja efetuada a recolha dos resíduos perigosos, informações relativas à sua recolha e transporte, ao fornecimento de vasilhame, de rótulos autocolantes, destino final, ações de formação e sensibilização, bem como outros aspetos considerados relevantes.

## 2.1. Tipo de resíduos perigosos produzidos e quantidade de produção anual estimada

No Quadro 4 apresenta-se a estimativa da produção anual de resíduos perigosos na Universidade do Algarve, de acordo com a produção média ocorrida nos 3 últimos anos.

A produção de resíduos perigosos poderá variar de ano para ano.

A classificação de resíduos é efetuada de acordo com a Decisão 2014/955/EU da Comissão, de 18 de dezembro de 2014, que altera a Decisão 2000/532/CE relativa à lista de resíduos em conformidade com a Diretiva 2008/98/CE do Parlamento Europeu e do Conselho.

**Quadro 4** – Estimativa da produção anual de resíduos perigosos na Universidade do Algarve

DESIGNAÇÃO	Quantidade estimada anual (Kg)		
	UAlg		TOTAL
	Campus da Penha	Campus de Gambelas	
02 01 08* Resíduos agroquímicos contendo substâncias perigosas.	5	10	15
06 01 01* Ácido sulfúrico e sulfuroso	5	10	15
06 01 02* Ácido clorídrico	5	10	15
06 01 03* Ácido fluorídrico	5	10	15

06 01 04* Ácido fosfórico e ácido fosforoso	5	10	15
06 01 05* Ácido nítrico e ácido nitroso	5	10	15
06 01 06* Outros ácidos.	5	25	30
06 02 05* Outras bases.	5	25	30
06 03 11* Sais no estado sólido e em solução, contendo cianetos.	10	10	20
06 03 13* Sais no estado sólido e em solução, contendo metais pesados.	5	25	30
06 04 03* Resíduos contendo arsénio.	5	10	15
06 04 04* Resíduos contendo mercúrio.	10	20	30
06 04 05* Resíduos contendo outros metais pesados.	10	60	70
07 01 03* Solventes, líquidos de lavagem e licores-mãe orgânicos halogenados.	1	0	1
07 01 04* Outros solventes, líquidos de lavagem e licores-mãe orgânicos.	1	0	1
07 07 03* Solventes, líquidos de lavagem e licores-mãe orgânicos halogenados.	5	495	500
07 07 04* Outros solventes, líquidos de lavagem e licores-mãe orgânicos.	20	580	600
09 01 03* Banhos de revelação, à base de solventes.	50	39	89
09 01 04* Banhos de fixação.	50	40	90
15 01 10* Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas (plástico, metal ou mistura).	50	750	800
15 01 10* Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas (vidro).	50	100	150
15 02 02* Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo sem outras especificações), panos de limpeza e vestuário de proteção, contaminados por substâncias perigosas	50	550	600
15 02 03 Absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário de proteção não abrangidos em 15 02 02.	2	8	10
16 03 03* Resíduos inorgânicos contendo substâncias perigosas.	1	0	1
16 03 04 Resíduos inorgânicos não abrangidos em 16 03 03.	1	0	1
16 03 05* Resíduos orgânicos contendo substâncias perigosas.	15	15	30
16 03 06 Resíduos orgânicos não abrangidos em 16 03 05.	10	20	30
16 05 06* Produtos químicos de laboratório, contendo ou compostos por substâncias perigosas, incluindo misturas de produtos químicos de laboratório.	100	800	900
16 05 07* Produtos químicos inorgânicos fora de uso, contendo ou compostos por substâncias perigosas.	18	50	68
16 05 08* Produtos químicos orgânicos fora de uso, contendo ou compostos por substâncias perigosas.	10	60	70
16 05 09 Produtos químicos fora de uso não abrangidos em 16 05 06, 16 05 07 ou 16 05 08.	60	10	70
16 10 01* Resíduos líquidos aquosos contendo substâncias perigosas.	10	10	20
20 01 02 Vidro.	199	400	599

7528

## 2.2. Recolha e transporte de resíduos perigosos

A recolha dos resíduos perigosos poderá ser efetuada nos seguintes pontos de recolha:

- No *Campus* da Penha (Planta 1):
  - a) Edifício 25 – Depósito do Aprovisionamento;
- No *Campus* de Gambelas (Planta 2):
  - a) Edifício 2;

b) Edifício 7;

**Prevê-se a necessidade de 2 (duas) recolhas anuais de resíduos perigosos nas instalações da Universidade do Algarve, nos *Campi* da Penha e de Gambelas.**

A recolha e o transporte dos resíduos perigosos serão efetuados a pedido da Coordenação da Equipa responsável pelos resíduos da Universidade do Algarve em datas a acordar com a mesma.

A Comissão de Gestão de Resíduos da Universidade do Algarve enviará ao prestador de serviços a relação de resíduos perigosos existentes nos diversos pontos de recolha, bem como a relação do vasilhame necessário entregar nas suas instalações na data da recolha dos resíduos.

O prestador de serviços efetuará a recolha e o transporte dos resíduos perigosos no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis seguintes ao pedido efetuado e avisará com 72 horas de antecedência a data e hora previstas para a recolha e transporte.

As recolhas serão efetuadas em dias úteis, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas.

A movimentação do vasilhame com resíduos dentro das instalações da Universidade do Algarve efetuada pelo prestador de serviços, será realizada por operador especializado.

Para cada recolha de resíduos, a Universidade do Algarve procederá à emissão das Guias de Acompanhamento de Resíduos Eletrónicas (e-GAR), sendo entregue uma cópia das mesmas ao prestador de serviços no dia da recolha.

O transporte de resíduos perigosos tem de obrigatoriamente cumprir as exigências legais e regulamentos previstos na Portaria n.º 28/2019, de 18 de janeiro, que altera a Portaria n.º 145/2017, de 26 de abril, que define as regras aplicáveis ao transporte rodoviário, ferroviário, marítimo nacional e cria as guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos (e-GAR) e demais legislação aplicável.

O transporte de mercadorias perigosas tem de cumprir o Decreto-Lei n.º 111-A/2017, de 31 de agosto, que altera o transporte terrestre de mercadorias perigosas e transpõe a Diretiva (UE) 2016/2309.

### **2.3. Fornecimento de vasilhame**

A entrega de vasilhame na Universidade do Algarve será efetuada nos pontos de recolha indicados no ponto B-2.2. das Especificações Técnicas e assinalados na Planta 1 (*Campus* da Penha) e na Planta 2 (*Campus* de Gambelas).

O vasilhame fornecido pelo prestador de serviços (reutilizável e novo) deverá possuir características de estanquicidade e resistência apropriadas ao transporte em segurança dos resíduos perigosos.

No Quadro 5 referem-se as quantidades anuais estimadas da necessidade de vasilhame para acondicionamento de resíduos perigosos.

**Quadro 5** - Quantidade anual estimada da necessidade de vasilhame para acondicionamento de resíduos perigosos

DESIGNAÇÃO	Quantidade estimada anual				
	UALg		TOTAL (reutilizável e novo)		
	Campus da Penha	Campus de Gambelas			
				REUTILIZÁVEL	NOVO
<b>FORNECIMENTO DE VASILHAME:</b>					
Jerricans com características de estanquicidade e resistência apropriados ao transporte em segurança dos resíduos perigosos:					
Jerrican de 1 litro	0	1	1	1	1
Jerrican de 1 litro (de boca larga, para acondicionar agulhas e bisturis)	0	1	1	1	1
Jerrican de 5 litros	0	1	1	1	1
Jerrican de 5 litros (de boca larga, para acondicionar vidro ou outros sólidos contaminados)	0	1	1	1	1
Jerrican de 10 litros	0	1	1	1	1
Jerrican de 20 litros (de boca larga, para acondicionar brometo de etídio no estado sólido)	0	0	5	4	1
Jerrican de 25 litros	0	1	1	1	1
Barricas novas com características de estanquicidade e resistência apropriados ao transporte em segurança dos resíduos perigosos:					
Barrica de 30 litros	1	18	19	18	1
Barrica de 55 / 60 litros:					
Com cinta e com pega	1	16	17	16	1
Com rosca e com pega	10	20	30	27	3

O vasilhame a fornecer à Universidade do Algarve será na sua maior parte reutilizável, **podendo cerca de 10% do pretendido ser vasilhame novo.**

É da responsabilidade do prestador de serviços a lavagem e desinfeção/descontaminação do vasilhame reutilizável a fornecer. Caso o vasilhame entregue apresente restos de produto da lavagem, resíduos ou cheiro, o mesmo será rejeitado, devendo o prestador de serviços proceder à sua substituição e entrega nas instalações da Universidade

do Algarve no prazo de 15 dias úteis.

A Universidade do Algarve poderá utilizar vasilhame próprio, que os laboratórios possuam desde que garanta a estanquicidade e a resistência necessárias.

Num prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após a assinatura do Contrato deverá ser fornecido o vasilhame (reutilizável e novo) indicado pela Coordenação da Equipa responsável pelos resíduos da Universidade do Algarve, sem encargos de transporte.

Nas recolhas de resíduos perigosos posteriores o prestador de serviços deverá fornecer em simultâneo o vasilhame (reutilizável e novo) solicitado.

As barricas novas, após utilização, são devolvidas à Universidade do Algarve sempre que seja possível o seu reaproveitamento. As mesmas serão identificadas relativamente ao local a que pertencem de modo a que a sua marcação permita a sua identificação e retorno ao respetivo local.

#### **2.4. Fornecimento de rótulos autocolantes**

Na data da primeira entrega de vasilhame (prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após a assinatura do Contrato) deverão ser também fornecidos os rótulos autocolantes impressos e os rótulos autocolantes brancos indicados pela Comissão de Gestão de Resíduos da Universidade do Algarve, sem encargos de transporte.

Nas datas de fornecimento do vasilhame serão também fornecidos pelo prestador de serviços rótulos autocolantes impressos e rótulos autocolantes brancos, que permitirão identificar os resíduos acondicionados em jerricans e/ou barricas.

Nos rótulos autocolantes impressos tem obrigatoriamente de constar o campo para a identificação do produtor, mencionar o código LER, a designação do resíduo, o código de destino, os símbolos de perigo, as frases de risco e as frases de segurança.

Os rótulos autocolantes impressos serão colocados pelo produtor no vasilhame respetivo, no momento da determinação do tipo de resíduo acondicionado, de modo a permitir a sua rápida identificação e evitar acidentes de incompatibilidades e erros de atribuição de código LER.

Como complemento a este rótulo autocolante impresso será também colocado um rótulo (originalmente branco) onde serão identificados o local e o laboratório onde o resíduo foi produzido, bem como a listagem de todos os tipos de resíduos colocados no vasilhame.

#### **2.5. Destino final dos resíduos perigosos**

As operações de eliminação/valorização dos resíduos perigosos serão efetuadas em instalações devidamente licenciadas para o efeito e de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente com o Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho e demais legislação aplicável.

O prestador de serviços informará obrigatoriamente antes da primeira recolha quais as operações de eliminação/valorização consideradas para os resíduos perigosos produzidos na Universidade do Algarve que constam no Mapa de Quantidades – Resíduos Perigosos.

**2.6. Ações de formação e sensibilização**

O prestador de serviços realizará anualmente uma ação de formação e sensibilização na área de gestão de resíduos perigosos, a ter lugar nas instalações da Universidade do Algarve.

A primeira ação de formação será realizada no prazo de 2 (dois) meses após a assinatura do Contrato, repetindo-se novas ações de formação e sensibilização em cada ano de Contrato.

As ações de formação e sensibilização destinam-se aos responsáveis, técnicos e investigadores de laboratório com responsabilidades na gestão de resíduos perigosos e abordarão nomeadamente os seguintes aspetos:

1. Legislação.
2. Segurança.
3. Manuseamento.
4. Minimização na fonte geradora:
  - a) Tratamento ou destruição de resíduos na fonte geradora;
  - b) Resíduos que podem ser descartados na pia ou lixo.
5. Segregação de resíduos perigosos:
  - a) Regras gerais de separação / incompatibilidade de produtos químicos;
  - b) Grupos de resíduos / classificação de resíduos;
  - c) Rotulagem / identificação de resíduos;
  - d) Armazenamento temporário:
    - d.1) Embalagens apropriadas;
    - d.2) Armazenamento de resíduos no laboratório;
    - d.3) Incompatibilidade de produtos químicos para fins de armazenamento;
    - d.4) Recipientes adequados para armazenagem de produtos químicos;
    - d.5) Reutilização de frascos vazios de reagentes ou solventes.
6. Transporte.
7. Tratamento e descarte.
8. Destino final.
9. Outros aspetos que o prestador de serviços considere relevantes no contexto dos resíduos produzidos nas instalações da Universidade do Algarve.
10. Esclarecimento de dúvidas e questões colocadas por técnicos/investigadores da Universidade do Algarve.

No prazo de 1 (uma) semana após a realização da ação de formação e sensibilização anual na área de gestão de

resíduos perigosos, o prestador de serviços enviará à Comissão de Gestão de Resíduos o ficheiro com a apresentação da formação e respetivos certificados de presença dos participantes.

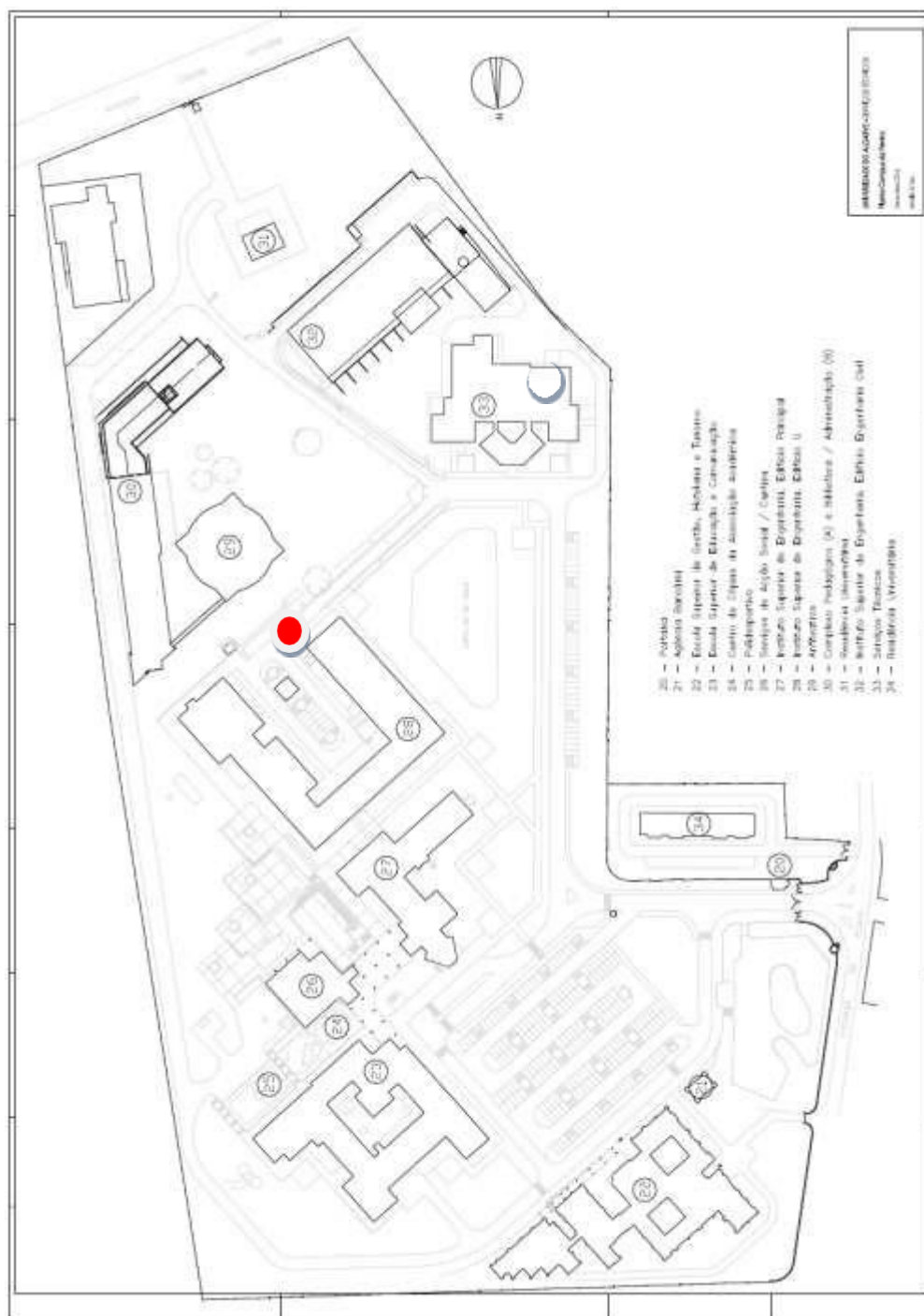
### 3. Considerações gerais

Referem-se de seguida aspetos considerados relevantes:

- a) O prestador de serviços deverá obedecer ao estipulado no Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho, que republica o Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro;
- b) O prestador de serviços dará resposta no **prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis** a todas as dúvidas que possam existir na separação/classificação dos resíduos perigosos produzidos na Universidade do Algarve;
- c) No prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da recolha dos resíduos perigosos o prestador de serviços enviará à Comissão de Gestão de Resíduos:
  - c.1) Lista detalhada por *Campus* e por local com a identificação dos laboratórios onde os resíduos foram produzidos, código LER, designação dos resíduos, destino final, número da e-GAR, peso dos resíduos produzidos, preço unitário e respetivo preço total, de acordo com o modelo do Quadro 1 do **Anexo II**;
    - c.1.1) O prestador de serviços enviará à Universidade do Algarve os talões de pesagem de todos os resíduos produzidos.
  - c.2) Lista detalhada por *Campi* e por local com a identificação dos laboratórios que solicitaram vasilhame novo, tipo de vasilhame, quantidade, preço unitário e respetivo preço total, de acordo com o modelo do Quadro 2 do **Anexo II**.
- d) A Universidade do Algarve não se responsabiliza por procedimentos incorretos do prestador de serviços relativamente à recolha, transporte e eliminação/valorização energética dos resíduos, ou a qualquer incumprimento da legislação em vigor.

## PEÇAS DESENHADAS

## Planta 1 - Campus da Penha



Local de recolha de resíduos (Resíduos Perigosos)

## Planta 2 - Campus de Gambelas



Local de recolha de resíduos (Resíduos Perigosos)

ANEXO II

Quadro 1 - Descrição de resíduos produzidos na Universidade do Algarve

Campus	Unidade Orgânica	Laboratório	Código LER	Designação do resíduo	Destino final	Número da eGAR	Peso [Kg]	Preço unitário [€/Kg]	Preço total [€]

Quadro 2 - Descrição de contentores de uso único / vasilhames novos entregues na Universidade do Algarve

Campus	Unidade Orgânica	Laboratório	Tipo de contentor / vasilhame	Quantidade	Preço unitário [€]	Preço total [€]

## Quadro A

Quantidades estimadas para os 36 meses a considerar na avaliação das propostas

Código	Designação	Unidade	Quantidade
0	TIPO DE RESÍDUOS Descrição dos resíduos de acordo com o código LER		
1	RESÍDUOS PERIGOSOS		
1.1	TIPO DE RESÍDUOS Descrição dos resíduos de acordo com o código LER		
1.1.1	02 01 08* Resíduos agroquímicos contendo substâncias perigosas.	Kg	45
1.1.2	06 01 01* Ácido sulfúrico e sulfuroso	Kg	45
1.1.3	06 01 02* Ácido clorídrico	Kg	45
1.1.4	06 01 03* Ácido fluorídrico	Kg	45
1.1.5	06 01 04* Ácido fosfórico e ácido fosforoso	Kg	45
1.1.6	06 01 05* Ácido nítrico e ácido nitroso	Kg	45
1.1.7	06 01 06* Outros ácidos.	Kg	90
1.1.8	06 02 05* Outras bases.	Kg	90
1.1.9	06 03 11* Sais no estado sólido e em solução, contendo cianetos.	Kg	60
1.1.10	06 03 13* Sais no estado sólido e em solução, contendo metais pesados.	Kg	90
1.1.11	06 04 03* Resíduos contendo arsénio.	Kg	45
1.1.12	06 04 04* Resíduos contendo mercúrio.	Kg	90
1.1.13	06 04 05* Resíduos contendo outros metais pesados.	Kg	210
1.1.14	07 01 03* Solventes, líquidos de lavagem e licores-mãe orgânicos halogenados.	Kg	3
1.1.15	07 01 04* Outros solventes, líquidos de lavagem e licores-mãe orgânicos.	Kg	3
1.1.16	07 07 03* Solventes, líquidos de lavagem e licores-mãe orgânicos halogenados.	Kg	1500
1.1.17	07 07 04* Outros solventes, líquidos de lavagem e licores-mãe orgânicos.	Kg	1800
1.1.18	09 01 03* Banhos de revelação, à base de solventes.	Kg	267
1.1.19	09 01 04* Banhos de fixação.	Kg	270
1.1.20	15 01 10* Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas (plástico, metal ou mistura).	Kg	2400
1.1.21	15 01 10* Embalagens contendo ou contaminadas por resíduos de substâncias perigosas (vidro).	Kg	450
1.1.22	15 02 02* Absorventes, materiais filtrantes (incluindo filtros de óleo sem outras especificações), panos de limpeza e vestuário de proteção, contaminados por substâncias perigosas	Kg	1800

1.1.23	15 02 03 Absorventes, materiais filtrantes, panos de limpeza e vestuário de proteção não abrangidos em 15 02 02.	Kg	30
1.1.24	16 03 03* Resíduos inorgânicos contendo substâncias perigosas.	Kg	3
1.1.25	16 03 04 Resíduos inorgânicos não abrangidos em 16 03 03.	Kg	3
1.1.26	16 03 05* Resíduos orgânicos contendo substâncias perigosas.	Kg	90
1.1.27	16 03 06 Resíduos orgânicos não abrangidos em 16 03 05.	Kg	90
1.1.28	16 05 06* Produtos químicos de laboratório, contendo ou compostos por substâncias perigosas, incluindo misturas de produtos químicos de laboratório.	Kg	2700
1.1.29	16 05 07* Produtos químicos inorgânicos fora de uso, contendo ou compostos por substâncias perigosas.	Kg	204
1.1.30	16 05 08* Produtos químicos orgânicos fora de uso, contendo ou compostos por substâncias perigosas.	Kg	210
1.1.31	16 05 09 Produtos químicos fora de uso não abrangidos em 16 05 06, 16 05 07 ou 16 05 08.	Kg	210
1.1.32	16 10 01* Resíduos líquidos aquosos contendo substâncias perigosas.	Kg	60
1.1.33	20 01 02 Vidro.	Kg	1797
1.2	TRANSPORTE		
1.2.1	Total de transportes previstos		
1.2.1.1	Recolha e transporte de resíduos hospitalares perigosos nas instalações da Universidade do Algarve, em 3 pontos de recolha, conforme condições referidas no Caderno de Encargos.	UN	6
1.3	FORNECIMENTO DE VASILHAME		
1.3.1	Jerricans com características de estanquicidade e resistência apropriados ao transporte em segurança dos resíduos perigosos		
1.3.2	Jerrican de 1 litro	UN	3
1.3.3	Jerrican de 1 litro (de boca larga, para acondicionar agulhas e bisturis)	UN	3
1.3.4	Jerrican de 5 litros	UN	3
1.3.5	Jerrican de 5 litros (de boca larga, para acondicionar vidro ou outros sólidos contaminados)	UN	3
1.3.6	Jerrican de 10 litros	UN	3
1.3.7	Jerrican de 20 litros (de boca larga, para acondicionar brometo de etídio no estado sólido)	UN	15
1.3.8	Jerrican de 25 litros	UN	3

1.3.9	Barricas novas com características de estanquicidade e resistência apropriados ao transporte em segurança dos resíduos perigosos:		0
1.3.10	Barrica de 30 litros	UN	57
1.3.11	Barrica de 55 / 60 litros:		0
1.3.12	Com cinta e com pega	UN	51
1.3.13	Com rosca e com pega	UN	90